

Prefácio

Na tarde do dia 1 de Fevereiro de 1908, o rei D. Carlos e o príncipe real foram assassinados no Terreiro do Paço, em Lisboa. Quase imediatamente, políticos, jornalistas e membros sobreviventes da família real não duvidaram em culpar o chefe do governo de então, o conselheiro João Franco, pelo ambiente de controvérsia e tensão que teria levado alguns militantes republicanos a atentar contra o rei. O regicídio salvou assim o nome de João Franco do esquecimento, mas não da incompreensão. Em 1935, Fernando Pessoa escreveu que Franco restabelecera a pena de morte em Portugal. Reconheceu depois que não era verdade. No entanto, com bastante frieza, decidiu: «Deixo subsistir esse lapso.»¹ Assim se fez a história de João Franco no século XX. O presente estudo sobre a carreira política de Franco, desde a sua eleição para deputado em 1884 até à sua demissão de presidente do conselho de ministros em 1908, procura corrigir alguns desses lapsos a partir de uma leitura sistemática das fontes da época, incluindo uma grande quantidade de documentos nunca antes utilizados em trabalhos académicos.

O franquismo tem sido invocado pelos historiadores sobretudo como uma prefiguração das tendências antiliberais que haviam de animar o salazarismo. Este trabalho considera espúria tal aproximação entre Franco e Salazar. O contexto mais adequado à compreensão do franquismo é a tradição reformista da elite liberal do

¹ F. Pessoa, *Da República*, Lisboa, Ática, 1979, 412.

século XIX, e não a do antiliberalismo do século XX. João Franco não foi um precursor de Salazar: foi um sucessor de Fontes Pereira de Melo. Este estudo contesta ainda a tese de que o franquismo consistiu numa mera reacção de defesa da *nomenklatura* liberal contra uma suposta ascensão do Partido Republicano Português. A revolução de 1910 levou os historiadores a interpretar as décadas anteriores, sobretudo desde o ultimato britânico e a crise financeira de 1890-1891, como uma simples antecâmara da República. É um erro. Antes de 1908, os liberais nunca pressentiram o PRP como uma plausível alternativa de poder.

O presente estudo prefere tratar o franquismo à luz das utopias cívicas e da competição por posições da elite liberal. O liberalismo da monarquia constitucional (1834-1910) é um dos elementos mais incompreendidos da história de Portugal – o que não deixa de ser grave, na medida em que foram os liberais quem verdadeiramente definiram a cultura portuguesa contemporânea. Na vulgata das esquerdas e das direitas do século XX, porém, o liberalismo apareceu sempre reduzido a uma ideologia incapaz de dar conta das transformações do mundo e portanto condenada à queda que sofreu em 1910. O caso de João Franco pode servir para começar a revelar finalmente a complexidade e a sofisticação da tradição liberal portuguesa, e ainda para reabrir o debate sobre as causas do seu colapso.

No Portugal do século XIX, os liberais foram, entre o pequeno número de homens instruídos, aqueles que se convenceram de que a antiga «monarquia católica» tinha provocado a «decadência» do país e precisava de ser substituída por um novo tipo de estado e de cultura política. No entanto, ao longo da sua luta para se aposarem do governo, através de revoluções e de guerras civis, os liberais aprenderam a respeitar a força da tradição monárquica e católica. Acabaram assim por manter a monarquia e o catolicismo em versões limitadas e saneadas, sob a fórmula da «monarquia constitucional»: havia um rei, mas também um parlamento; e o

catolicismo era a religião oficial, mas, na prática, toleravam-se outros cultos ou mesmo o ateísmo. De resto, porém, os liberais nunca mudaram os seus objectivos a longo prazo: a integração dos portugueses numa comunidade de cidadãos patriotas, governando-se a si próprios através da lei e do respeito pelos direitos individuais. A inspiração para este tipo de estado provinha daqueles países da Europa ocidental que os liberais consideravam «avançados», especialmente a Inglaterra, a França e a Suíça. Numa fórmula célebre, o escritor francês Alexis de Tocqueville explicara que, se em países como a Inglaterra, costumes livres tinham originado leis liberais, noutros países era preciso que leis liberais criassem costumes livres. Por isso, os liberais portugueses nunca pararam de legislar por padrões ingleses e franceses. A experiência era sustentada pela fé de que essas leis, acompanhadas das necessárias infra-estruturas materiais, induziriam inevitavelmente entre os portugueses o tipo de comportamento que explicava o ambiente de liberdade e prosperidade da Inglaterra. O liberalismo habituou-se assim a uma política de «reformas»: nasceu reformando, viveu reformando e julgou que nunca morreria desde que continuasse a reformar. Foi essa a grande ilusão de João Franco.

O estudo que se segue, após algumas palavras de metodologia, ocupa-se da formação de Franco e dos três momentos fundamentais da sua vida política: a «ditadura» de 1895, a «cruzada moral» de 1903 e a outra «ditadura» de 1907.